

HIGIENISMO E SANITARISMO EM MONTES CLAROS ENTRE 1889 E 1926¹

*Luciano Pereira da Silva**
*Regina Célia Lima Caleiro***

Resumo: A transição do século XIX para o século XX configura-se como uma época assinalada por grandes transformações sociais. Era o advento da modernidade, fruto de revoluções, como as Burguesas e a Industrial, e da adoção de uma nova perspectiva social. O homem devia ser preparado para viver esta nova realidade, o que envolvia a difusão de modos cotidianos de vida mais afeitos ao mundo que se queria erigir. Este trabalho discute as ações higienistas e sanitárias em Montes Claros-MG entre os anos de 1889 e 1926. Nessa tarefa, a principal fonte utilizada na pesquisa é a imprensa periódica escrita. Como fonte de apoio, considerou-se a produção de memorialistas da região.

Unitermos: modernidade, cidade, imprensa, higienismo.

Abstract: The transition from the 19th century to the 20th century is characterized as an era marked by great social transformations. Combined, revolutions such as the bourgeois revolution and the industrial revolution and the adoption of a new social vision resulted in the advent of modernity. Men had to be ready for a new reality by adopting lifestyles and setting up daily routines that would better fit a

¹ Este trabalho contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de Minas Gerais – FAPEMIG.

* Doutor em Educação pela UFMG; docente do curso de graduação em Educação Física e do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da UFMG.

** Doutora em História pela UFMG; docente do curso de graduação em História e do Programa de Pós-graduação em História da Unimontes.

new world planned to be built soon. This journal article has as its object of study the implementation of action plans on improved hygiene and sanitation services in the most important city in northern Minas Gerais, Montes Claros (city of Montes Claros, State of Minas Gerais, southeast Brazil) between the years 1889 and 1926. The main source used in this study was the periodical press. As an additional source of information, publications from local memorialists were also used.

Keywords: modernity, city, the press. hygiene services.

Resumen: La transición del siglo XIX al siglo XX se caracteriza por ser una época marcada por grandes transformaciones sociales. Fue el advenimiento de la modernidad, el resultado de las revoluciones, como la burguesa e industrial, y la adopción de una nueva visión social.. El hombre debe estar preparado para vivir esta nueva realidad, que incluyó la distribución de los modos de vida cotidiana más acostumbrados al mundo que quería construir. Este documento analiza las acciones higienistas y técnicos de saneamiento en Montes Claros-MG entre los años 1889 y 1926. En esta tarea, la principal fuente utilizada en la investigación es la escritura prensa periódica. Como una fuente de apoyo, se consideró la producción de memorias de la región.

Palabras-claves: la modernidad, ciudad, prensa, higienismo.

Introdução

As primeiras décadas do período republicano brasileiro foram marcadas por transformações no modo de vida das cidades. Ideais de modernidade aportaram com mais força nas cidades e foram propagados por discursos que anunciavam a necessidade de adequar as estruturas sociais à nova realidade.

Tal processo possuiu como um de seus fundamentos o discurso científico. Este tipo de conhecimento passava a ser entendido como imprescindível para a busca do progresso e a superação do atraso cultural. De uma maneira geral, era parte da elite econômica que assumia a responsabilidade de ditar os novos rumos sociais. Como também possuía o poder político, este grupo implementou diversas ações nas cidades que cresciam. No campo da saúde, estas ações configuraram-se como práticas higienistas e sanitaristas, idealizadas e executadas muitas vezes por médicos que exerciam o poder político formal nas cidades.

Mesmo que estes ideais e práticas tivessem como berço as grandes cidades eles também estiveram presentes em localidades distantes dos grandes centros. Neste

estudo, é destacada a cidade de Montes Claros, localizada do sertão de Minas Gerais. Como recorte temporal, o estudo destaca o período compreendido entre os anos de 1889 e 1926. Tal recorte, justifica-se por questões nacionais e locais. Explica-se: o ano de 1889 marca o início da República brasileira e a intensificação do discurso da necessidade de adequar a sociedade aos princípios da vida moderna. Nos jornais consultados da época, evidenciam-se um recorrente clamor para que a cidade se insira na lógica das mudanças que ocorriam nos centros urbanos maiores. Mesmo antes da chegada à cidade de um importante agente do progresso, a ferrovia, a elite local já anunciava a necessidade irrefutável da adoção dos caminhos da modernização.

Já o ano de 1926 assinala o início de transformações intensas no município em estudo devido à chegada da ferrovia. Conquista aguardada por muitos anos, a chegada da grande máquina moderna, que fazia a cidade tornar-se “ponta dos trilhos”, foi um sonho de tamanha magnitude que provocou inclusive a união de grupos políticos locais cindidos historicamente. Sobre a chegada dos trilhos a Montes Claros, comenta Lessa (1993, p. 145):

A ferrovia era, desde o final do século passado, a maior reivindicação da elite do Norte de Minas ao governo da União. Ela se apresentava então como símbolo/metáfora de progresso. O trem de ferro era em si o progresso – a máquina de grande porte, a tecnologia, a velocidade, o tempo linear e abstrato do relógio. O que a tornava a própria presença do progresso, personificando-o.

A chegada da ferrovia significava, pelo menos na imaginação da população, o início de uma nova era. Intensificava-se a circulação de pessoas e ideias, as mudanças eram rápidas em contraste com as transformações mais lentas da era anterior.

Neste contexto, este artigo objetivou discutir como as ações higienistas e sanitárias que estiveram presentes em Montes Claros mediante a ação de membros da elite local, notadamente médicos que haviam se formado na capital federal da época, a cidade do Rio de Janeiro. Para atingir o objetivo proposto, foram mobilizados textos publicados em jornais da época e obras de memorialistas.

A elite montesclarenses constituiu-se como um grupo possuidor do poder de decisão político e econômico na sociedade local. Este grupo acumulava, muitas vezes, mais anos de escolaridade que o restante da população; muitos de seus membros, principalmente os mais novos, realizaram estudos nos grandes centros urbanos, geralmente nas cidades do Rio de Janeiro e Salvador. Após regressarem a Montes Claros, passaram a ocupar posição de destaque na sociedade, tanto no que diz

respeito à ocupação profissional (medicina e advocacia, por exemplo), como no domínio de ferramentas de grande influência social (como a imprensa escrita). Além disso, esta elite ocupava praticamente a totalidade dos cargos políticos municipais de maior destaque: vereador, agente executivo e juiz de paz.

A formação da elite da cidade esteve relacionada à consolidação dos grandes proprietários de terra que exerciam forte influência sobre os demais produtores rurais. Alves, Prates, Versiani, Costa, dos Anjos, Maurício, Veloso, Ribeiro e Santos são alguns dos sobrenomes das famílias que se destacaram política e economicamente. O fato de esse grupo ter sido reduzido pode ser percebido, por exemplo, pela ocupação do principal cargo político da cidade à época (Agente Executivo). Entre os anos de 1889 e 1926, apenas sete famílias estiveram à frente do poder municipal, apesar de o município já contar com uma expressiva população². A ocupação das outras cadeiras da vereança também seguiu a mesma dinâmica.

Mesmo que a elite fosse composta, como geralmente acontece na maioria das regiões brasileiras, por poucas famílias, suas concepções sociais partilhadas parcialmente pela população tornavam-na propagadora de como a sociedade deveria comportar-se. Essa partilha pode ser justificada pelo fato de que a elite dispunha de importantes meios de convencimento, como a imprensa escrita e o poder político e econômico. O que era anunciado pela elite contribuía para a construção de uma ordem moral, na qual percepções sociais estavam presentes. O compartilhar dos valores modernos da elite também se dava porque era em parte mediante esse grupo que o restante da população tinha notícia do que acontecia no mundo externo ao que conheciam. Nesse processo, ocorria a difusão de hábitos vistos muitas vezes como ideais, metas para a população em geral (a roupa que ainda não tenho, a escola que não estou, a prática de diversão que não vivencio, o diploma que quero conquistar). Enfim, o discurso da elite contribuía para o que poderia ser entendido como “educação da população”.

Ações higienistas e sanitaristas em Montes Claros

Os processos de urbanização nos centros urbanos europeus, no início do século XIX, acirraram as discussões sobre a salubridade das cidades e provocaram a preocupação do Estado no intuito de se construir uma nova disciplina para o meio. Nessa ação, o Estado esteve aliado aos médicos higienistas que determinavam formas corretas de ocupação e comportamento nos espaços públicos e privados. Segundo Rosen (1979, p. 138), “o conceito de medicina social apareceu como

² Em 1900, por exemplo, o terceiro censo populacional do período republicano, informa que Montes Claros contava com expressivos 54.356 habitantes (VIANNA, U., 2007).

resposta aos problemas de doença criados pela industrialização”. É interessante salientar como a história da medicina social aparece intimamente ligada à história da ação social em relação aos problemas de saúde e do comportamento diário das pessoas. Faz-se necessário ressaltar, portanto, a intrínseca relação entre os problemas sociais, a ação médica e a educação no período.

Para Jurandir Freire Costa (1983), uma estratégia importante para contornar a desordem social e urbana no século XIX foi a intervenção dos médicos higienistas no cotidiano da população. Para o autor, o movimento higienista no Brasil nasce da associação entre o médico e o Estado, visando o enfraquecimento do poder do “pai colonial” e o fortalecimento do Estado burguês em formação. O autor ressalta ainda que o médico, neste contexto, além de prescrever condutas higiênicas, é também um educador.

A associação entre o médico e o Estado vai ocorrer, entre outros, pela ocupação de membros dessa classe profissional de importantes cargos administrativos nas esferas federal, estadual e municipal. No caso de Montes Claros, os cargos de Presidente da Câmara Municipal e de Agente Executivo representam bem este fenômeno.

Mesmo que o movimento higienista tenha ganhado força no século XIX nas grandes cidades que viviam processos intensos de urbanização e industrialização, isso não quer dizer que ele não tenha exercido impacto sobre outras regiões que tiveram seus processos mais intensos de urbanização e industrialização em outros marcos cronológicos. Além do entendimento de que as medidas sanitárias eram vistas como necessárias mesmo em cidades menores, se comparadas às grandes capitais, é preciso ressaltar que muitos dos administradores dessas cidades menores realizavam parte de sua formação nos grandes centros. Desta forma, eram impregnados pelas ideias higienistas e, ao retornarem às suas cidades de origem, implementavam diversas ações.

No caso da cidade de Montes Claros, destacaram-se os Presidentes da Câmara Municipal e os Agentes Executivos. É preciso lembrar que no Estado de Minas Gerais, durante a República Velha (1891 a 1930), não existia o cargo de Prefeito Municipal, mas o de Agente Executivo. Em Montes Claros, esse cargo era normalmente ocupado pelo vereador que fosse eleito Presidente da Câmara.

QUADRO 1

Relação dos Presidentes da Câmara Municipal de Montes Claros entre o período de 1890 a 1926

Período	Nome	Profissão	Formação escolar
1890 a 1892	Camilo Philinto Prates	Professor	Estudou Humanidades em Ouro Preto
1892 a 1893	Carlos José Versiani	Médico	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro
1893 a 1894	Honorato José Alves	Médico	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro
1895 a 1897	Honorato José Alves	Médico	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro
1898 a 1900	Simeão Ribeiro dos Santos	Comerciante	-----
1901 a 1904	Augusto Prudêncio da Silva	Padre	Seminário de Diamantina
1905 a 1906	Honorato José Alves	Médico	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro
1908 a 1911	João José Alves	Médico	Escola de Medicina do Rio de Janeiro
1912 a 1916	Joaquim José da Costa	Dono de firmas ³	-----
1917 a 1919	João José Alves	Médico	Escola de Medicina do Rio de Janeiro
1919 a 1921	João José Alves	Médico	Escola de Medicina do Rio de Janeiro
1923 a 1926	Cel. Antônio dos Anjos	Comerciante e professor	Escola Normal de Montes Claros

Fonte: VIANNA, 1964.

O levantamento apresentado acima aponta os Presidentes da Câmara Municipal que foram eleitos na primeira configuração de cada mandato ou que exerceram o cargo por período considerável (pelo menos um ano). Isto porque era comum que por motivos diversos o Presidente da Câmara eleito se ausentasse de suas funções por poucos meses, sendo substituído por outro vereador, geralmente o vice-presidente. Tais casos não foram considerados no levantamento apresentado.

O QUADRO 1 demonstra que durante o período estudado, 1889 a 1926, o município de Montes Claros possuiu doze mandatos para Presidentes de Câmara. Além da constatação de que o referido cargo foi ocupado diversas vezes pela mesma pessoa, e pela mesma família, destaca-se o fato de que em sete vezes o Presidente da Câmara possuía a profissão de médico.

Porto (2002), sobre o campo político norte-mineiro na primeira República, afirma que, nesse período, houve o claro predomínio político na cidade de um grupo restrito de famílias, geralmente ligadas ao setor oligárquico. Os proprietários de ter-

³ Foi sócio da firma Costa, Dias, Spyer & Cia., construtora de trechos de estrada de ferro e das firmas Costa & Cia. e Iberio e Costa, indústrias de tecidos (VIANNA, N., 2007).

ras, associados aos profissionais liberais, médicos, bacharéis em direito e outros, dominaram os cargos políticos da época.

Todos os médicos que ocuparam o cargo de Presidente da Câmara Municipal formaram-se na então capital do Brasil, Rio de Janeiro. Com isso, vivenciaram as teorias do saber médico que propunham projetos para a saúde pública do país. As práticas higienistas e sanitaristas a partir da segunda metade do século XIX foram amplamente difundidas entre a classe médica, até porque, à época, a cidade do Rio de Janeiro sofreu com seguidas epidemias que elevaram significativamente o índice de mortalidade do município.

Carlos Versiani formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1845 e, após concluir o curso, retornou à sua cidade natal. Em 1852, ingressou na política, foi chefe do Partido Conservador, vereador e presidente da Câmara. Em 1887, foi eleito Deputado Geral. Criou a Casa de Caridade através da Lei Provincial nº 1776 de 21 de setembro de 1871, hoje Hospital Santa Casa, tornando-se provedor deste. Além disso, recebeu o título de Delegado da Higiene, responsabilizando-se pela questão do saneamento e salubridade do município (VIANNA, 1964). Mais tarde outros dois profissionais da medicina, Dr. Honorato Alves e Dr. João Alves fixaram residência em Montes Claros e assumiram cargos políticos e projetos sanitaristas e higienistas.

Dr. Honorato Alves concluiu o curso de Medicina em 1890 na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Posteriormente com apoio do Dr. Carlos Versiani ingressou na política filiando-se ao Partido Conservador; foi eleito vereador, presidente da Câmara e Agente Executivo, obtendo reeleições. Sua gestão foi assinalada por vários investimentos na cidade: criou a imprensa oficial do município, combateu uma violenta epidemia de *influenza* em 1896 e projetou e deu início à construção do mercado municipal. Foi ainda Deputado Estadual e Federal (VIANNA, 1964).

Acerca do sanitarismo e do higienismo no Brasil de fins do século XIX, afirma Schwarcz (2001, p. 206)

Caberia aos médicos sanitaristas a implementação de grandes planos de atuação nos espaços públicos e privados da nação, enquanto os higienistas seriam os responsáveis pelas pesquisas e pela atuação cotidiana no combate às epidemias e às doenças que mais afligiam as populações. No entanto, essa divisão entre sanitaristas - responsáveis pelos grandes projetos públicos - e higienistas - vinculados diretamente às pesquisas e à atuação médica mais individualizada - funcionou, muitas vezes, de maneira apenas teórica. Na prática, as duas formas de atuação apareceram de modo indiscriminado.

O sanitarismo tem sua expressão máxima no Brasil no médico Oswaldo Cruz, nomeado responsável pelo saneamento da cidade do Rio de Janeiro durante o governo do presidente Rodrigues Alves. Formado em 1892, Oswaldo Cruz conviveu e foi amigo do médico Honorato Alves, de acordo com afirmações deste. Apesar de Honorato Alves ter-se formado em 1980, dois anos antes de Oswaldo Cruz, ambos ingressaram juntos na faculdade.

Em carta enviada no ano de 1946 ao memorialista Hermes de Paula (1957, p. 298), afirma Honorato Alves:

O grande realizador do saneamento do Brasil, com referência a idêntico mal, Oswaldo Cruz, que foi como já ficou dito meu condiscípulo e amigo, teve a fortuna de poder ir logo depois de formado, para a Europa, onde fez longos e completos cursos de bacteriologia. Pôde, por esta forma, prestar a nossa terra um serviço inestimável e tornar glorioso o seu nome. Quanto a mim, pessoalmente, não lastimo que em vez de Paris e Berlim, tenha me encaminhado para a cidade pequenina que era então Montes Claros, perdida no centro remoto do sertão de Minas.

Os irmãos médicos Honorato Alves e João José Alves destacaram-se pela implementação de políticas sanitárias na cidade. Honorato Alves, inclusive, afirmou que aceitou ocupar cargo público justamente porque seu ingresso na política “poderia facilitar os meios de cuidar do saneamento da cidade” (PAULA, 1957, p. 301).

Na carta referida anteriormente, Honorato Alves informa que, à frente do poder municipal, procurou dinamizar os serviços públicos e sanear a cidade.

Em muitos quintais havia chiqueiros de porcos de engorda e criava-se também a solta pela cidade cabritos, porcos, vacas e cavalos. Era uma verdadeira fazenda de criação e havia mesmo perigo em, se sair a noite porque não havia nenhuma iluminação por este motivo aceitei o lugar de presidente da Câmara e Agente Executivo, o que me colocou em situação de promover alguns melhoramentos, sobretudo no sentido da saúde pública. A 1ª lei decretada foi a proibição absoluta da criação de animais soltos pela cidade e a extinção dos chiqueiros nos quintais. A luta foi áspera, pois os habitantes criadores negavam-se ao cumprimento das posturas (ALVES. In: PAULA, 1957, p. 302).

Honorato Alves ressalta um dos principais problemas relacionados à implementação de políticas sanitárias: a resistência da população. Assim, a necessidade de fiscalização sobre a população era constante. Por exemplo, os jornais registravam “a ação enérgica desenvolvida pelos senhores fiscais em relação ao inveterado abuso de andarem pela cidade animais soltos” (GAZETA DO NORTE, 08 fevereiro de 1919, ano I, n. 32, p. 1).

O não cumprimento das Posturas Municipais e as grandes revoltas populares (como as revoltas de Canudos, Contestado, Vacina e Quebra-Quilos) retratam a resistência da população às ações modernizadoras. Para Carvalho (1998, p. 116), apesar de a Revolta da Vacina ter acontecido no Rio de Janeiro, estes movimentos eram reações que ocorriam, sobretudo, no mundo rural, pois “este era o Brasil sertanejo que se agitava e revelava seus valores antagônicos aos das elites modernizantes urbanas”.

Para Montes Claros, ao mesmo tempo em que resistia às políticas higienistas, a população as defendia e solicitava a intervenção do poder público municipal. Nos jornais da época, por exemplo, muitas vezes são encontradas notas com apelos de moradores sobre a necessidade do fiscal do município atuar de maneira mais rígida no combate ao desrespeito à proibição do abate de animais em ruas públicas.

Pela segunda vez pede se a atenção do Sr. fiscal da camara para o abuso de matarem rezes nas ruas publicas e logares proximos de casas de familias nesta cidade. Pelo amor de Deus, Sr. fiscal! Tenha dó dos pobres paes de familia, que já não podem, nem suas familias, com o fetido insupportavel dos restos das rezes mortas, a ponto de, nalguns logares, juntarem os urubus! Sr. presidente da camara, pede-se providencias! (CORREIO DO NORTE, 19 janeiro de 1890, ano VI, n. 285, p. 4).

A defesa dos preceitos higiênicos elaborados em um discurso científico e expressos nas posturas municipais, não significa que se tratava de uma posição relativa à classe social diferente daqueles habitantes que infringiam as normas (no caso, o abate de animais em via pública). A diversidade de posicionamento sobre a questão representa, na verdade, a tensão existente entre a prescrição higiênica e a prática costumeira da população.

Afirmando ter os mesmos propósitos do irmão, João José Alves assumiu a presidência da Câmara e o cargo de Agente Executivo pela primeira vez em 1908. O médico João Alves, assim como Honorato Alves, fez carreira política. A sua atuação em Montes Claros contribuiu para que adquirisse entre a população prestígio como “médico da pobreza” (SANTOS, 2008).

João José Alves diplomou-se na Escola de Medicina do Rio de Janeiro em 1900 e, logo após, retornou a Montes Claros e trabalhou na Santa Casa onde, durante muito tempo, foi o único médico. Foi Delegado de Higiene, Inspetor Sanitário e Comissário do Governo no combate a várias epidemias, com destaque para a pandemia de *influenza* em 1918. Também foi Deputado Nacional Constituinte no ano de 1933 (VIANNA, 1964).

Durante as primeiras décadas da República brasileira diversas foram as doenças que tiveram de ser enfrentadas pelo poder público. Muitas vezes na forma de epidemia, estas enfermidades eram vistas como manifestações do atraso da sociedade, causadas tanto pela falta de infraestrutura básica como pela ocorrência de comportamentos inadequados que expunham o homem à doença.

As chuvas torrenciais deste prolongado inverno fizeram transbordar os rios, inundaram os campos e transformaram em paues as baixadas, determinando neste município e nos vizinhos o aparecimento do impaludismo [...]. A malária encontrou terreno propício e estendendo seu raio de ação grassou com toda a virulência, ceifando centenas de vidas e inutilizando pela existência toda tantas outras criaturas [...]. A epidemia encontrou-nos inteiramente desapparelhados de meios de resistência contra a sua ação invasora. Sem serviço organizado de higiene pública, ao qual tocasse a missão de dirigir scientificamente a campanha de defesa, adoptando as medidas necessarias de prophylaxia, estavamos de todo desarmados para enfrentar-a com exito. A extrema pobreza com que se debate grande parte de nosso povo, a carencia de instrucção, que sugere e aconselha os cuidados preventivos, fez que morressem quasi á mingua doentes a quem faltava tudo, desde o remedio até o alimento [...] (MONTES CLAROS, 1º. de junho de 1916, ano I, n. 4, p. 1).

O homem sertanejo, mestiço, com pouca instrução, era castigado pelas doenças que não sabia evitar e enfrentar. Dessa forma, só lhe restava contar com o auxílio do governo e daquele que era dotado de conhecimento científico. Tais moléstias “só cedem a uma prophylaxia systematica e rigorosa; e esta só pode ser posta em pratica com o auxilio dos governos e intervenção efficaz dos homens de sciencia e representação popular” (MONTES CLAROS, 18 de janeiro de 1917, ano I, n. 36, p. 1). Em Montes Claros, ninguém desempenhou melhor este papel do que o Dr. João Alves. Acerca do combate ao impaludismo no ano de 1916, noticiou o Jornal Montes Claros:

O Governo do Estado pediu [...] informações ao dr. João Alves, Delegado de hygiene neste municipio, e ministradas estas, encarregou-o de fornecer medicamentos aos doentes pobres. Com a boa vontade que todos lhe reconhecem e com o desprendimento que tão bem o caracteriza, o humanitario clinico, sem indagar da maneira por que seriam remunerados os seus serviços, desenvolveu grande actividade e entregou-se á fatigante tarefa de receitar para centenas e centenas de doentes pobres, que recebiam a demais os remedios por conta do estado [...] (MONTES CLAROS, 1º. de junho de 1916, ano I, n. 4, p. 1).

De todas as doenças noticiadas pelos jornais da época, nenhuma causou tanto estrago quanto a *influenza*. Denominada em sua forma mais grave de “influenza hespanhola”, atacou a população no ano de 1918 e fez cerca de cem vítimas fatais.

[...] Montes Claros dissemos paga o seu tributo a terrível peste que se chama “influenza hespanhola”. Raro é o lar em que ella ainda não entrou e si bem que até agora não sejam numerosos os casos fataes elles vão-se reproduzindo e não sabemos afinal, quantas vidas estão designadas para serem ceifadas. [...] As notas fornecidas dão como atacadas do mal epidemico, só na cidade, mais de 1.000 pessoas, afóra dos suburbios, o que não é para admirar pois as duas fabricas de tecidos, daqui e do Cedro fecharam por falta de pessoal [...] (GAZETA DO NORTE, 23 de novembro de 1918, ano I, n. 21, p. 1).

Durante a grave crise de 1918, destacou-se a atuação do médico João Alves que teve ação decisiva para minimizar os efeitos e o alastramento ainda maior da doença. Com o fim da epidemia, o clínico recebeu diversas homenagens na cidade, até de seus adversários políticos.

Inclusive antes da epidemia de 1918, era defendido pela elite da cidade que as enfermidades conquistavam terreno com muita facilidade na região pela ignorância da população que, além de não ser adepta dos hábitos higiênicos ainda tratava qualquer sinal de debilidade com práticas medicinais caseiras. “Ninguém deve se descuidar do primeiro insulto da molestia [...] os primeiros symptomas devem ser logo combatidos [...] não pelos processos caseiros e antiquados que só servem para acelerar a sua marcha ou complicar a situação do doente” (MONTES CLAROS, 06 de julho de 1916, ano I, n. 9, p. 3).

Os periódicos de Montes Claros atestam o fato de que a saúde da população era uma questão central no início do século XX. Sempre presente nos editoriais das folhas periódicas, tal tema preocupava a elite interessada nos rumos que a cidade tomava. Entretanto, pelo menos nas primeiras décadas do século XX, os desdobramentos desta preocupação direcionaram-se, principalmente ao combate às epidemias. Ações preventivas e uma atuação permanente fora dos períodos epidêmicos eram limitadas. Para Telaarolli Júnior (1996), nas administrações municipais, em geral, inexistia um projeto de ação permanente e, na sua ausência, buscava-se, mediante o enfrentamento de doenças que se alastravam rapidamente, o restabelecimento da situação anterior à epidemia, inclusive pela separação entre o doente e a cidade pela adoção de quarentena.

Em carta enviada ao memorialista Hermes de Paula, o médico Honorato Alves, acerca do combate a uma epidemia de varíola que atacou Montes Claros, confirma tal dinâmica de enfrentamento das doenças à época:

[...] Não havia a menor dúvida, era a varíola. Soube que bem perto de minha casa havia uma doente passando mal. Fui vê-la e era o mesmo caso grave de varíola confluyente de forma hemorrágica. Tomei todas as providências e

consegui obter um sítio a cerca de uma légua da cidade, onde mandei construir alguns barracões de sapê, e com pouco ficou improvisado um hospital de isolamento com as necessárias dependências. Todos os doentes foram removidos para lá e também os que iam adoecendo [...] (ALVES. In: PAULA, 1957, p. 303).

Uma indicação do esvaziamento do discurso preventivo na imprensa montesclarensense pode ser percebida no fracasso da coluna “Consultório da Gazeta”. Em 03 de agosto de 1918, o periódico anunciava que um médico da cidade responderia qualquer dúvida da população sobre doenças mediante envio de correspondência constando apenas as iniciais do interessado. Nos números seguintes do jornal, porém, não houve a publicação de nenhum esclarecimento sobre o tema.

Já as doenças que se manifestavam como epidemias em Montes Claros e em todo o norte de Minas Gerais eram semanalmente tratadas pela imprensa. Impudismo, *influenza* espanhola, ancilostomíase, uncinariose, entre outras, eram enfermidades discutidas publicamente, quase sempre no sentido de denúncia do des caso do governo estadual para com o norte de Minas. A partir da ocorrência de surtos das moléstias, a imprensa difundia um discurso de clamor por socorro das autoridades. “O sertão possui endemias que prejudicam enormemente parte de seus habitantes; precisa, portanto, do auxílio do governo, do braço forte dos homens de representação [...]” (MONTES CLAROS, 14 de dezembro de 1916, ano I, n. 32, p. 1).

As epidemias, a escassez de profissionais da área da saúde e todo o contexto de valorização do higienismo fizeram com que, no final do século XIX e início do século XX, os profissionais médicos tomassem papel central na sociedade, a exemplo daqueles que ocuparam o prestigiado cargo de presidente da Câmara e Agente Executivo. Mesmo os médicos que não estiveram à frente do município e se envolveram menos com política, tinham papel ativo das decisões sobre os rumos que o município seguia.

Além dos já citados Carlos Versiani, Honorato Alves e João Alves, no período em estudo, Montes Claros contou com outros médicos. Antonio Teixeira de Carvalho formou-se no Rio de Janeiro em 1915. Em 1918, fundou em Montes Claros uma liga contra o álcool, o analfabetismo e as grandes endemias. Para propagar suas ideias, editou o jornal A Liga. Nos anos 1930, fundou o Sanatório Santa Teresinha e, posteriormente, ocupou os cargos de vereador e prefeito municipal. Joaquim Onofre Pereira da Silva e Pedro Augusto Catta Preta Versiani formaram-se ainda no século XIX na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Ambos tiveram sua atuação na cidade limitada em virtude de terem falecidos ainda jovens e de, no

caso de Joaquim Onofre, ter se dedicado por alguns anos à prática profissional fora de Montes Claros. Outro médico, Antônio Rodrigues Teixeira, dedicou-se inicialmente à política no Estado da Bahia. A convite de Honorato Alves, mudou-se para Montes Claros onde exerceu a medicina por 12 anos. Também foi promotor de Justiça e membro da Liga Operária Beneficente⁴. Os irmãos Geovani Vecchio e Antônio Vecchio formaram-se em medicina em Nápoles (Itália), respectivamente em 1907 e 1911 e, em conjunto, montaram consultório na cidade visto na época como muito moderno⁵. Marciano Alves Maurício formou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, retornando à cidade em 1913. Sobrinho de João Alves foi vereador por vários mandatos e vice-presidente da Câmara. Colaborou em jornais locais, participando da fundação de duas folhas, A Liga e o Montes Claros (PAULA, 1957).

Entre os médicos atuantes na cidade, a maioria realizava sua formação na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. A partir de consulta à biblioteca da instituição, é possível perceber áreas de interesse dos médicos, expressa no tema abordado na tese de conclusão do curso. Pode-se destacar, entre os temas tratados, a presença de estudos sobre doenças que se alastravam no norte de Minas Gerais, assim como em outras regiões brasileiras, assumindo, com frequência, o caráter epidêmico.

⁴ A história da Liga Operária Beneficente é um fato da órbita das disputas políticas bipolarizadas do município. Foi criada em 1906, em oposição à União Operária que existia desde 1894. Esta, criada por Eusébio Sarmiento, teve como principais ações a criação de uma escola noturna e o estabelecimento de uma cota beneficente para os sócios que necessitassem de amparo (e para as viúvas daqueles que morressem na penúria). Já a Liga Operária Beneficente, formada, sobretudo por dissidentes da União Operária, teve como primeiro presidente Antônio Martins de Santana Primo. Foi dissolvida por ação do governo do estado em 1909, que enviou um delegado de polícia para o cumprimento da ação. No episódio, morreu com um tiro João Pacífico, um dos membros da associação (VIANNA, U., 2007; PAULA, 2007).

⁵ Sobre o consultório dos irmãos Vecchio, escreveu Urbino Vianna em 1916: “Dos consultorios da cidade é o melhor montado, expondo um arsenal completo de instrumentos cirurgicos, aparelhos de clinica e microscopia, raios X, gabinete sobre prescripção de asepcia, etc.” (VIANNA, U., 2007, p. 305).

QUADRO 2
Teses médicas defendidas por médicos de Montes Claros na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro

Nome	Ano de defesa	Título da Tese
Carlos José Versiani ⁶	1845	A sympathia orgânica
Joaquim Onofre Pereira da Silva	1872	Affecções carbunculosas no homem
Pedro Augusto Catta Preta Versiani	1887	Das condições pathogenicas, diagnostico e tratamento da pneumonia
Honorato Alves	1891	Etiologia da lepra
João José Alves	1900	A blennorrhagia aguda no homem e o seu tratamento
Antônio Teixeira de Carvalho	1915	Formas clínicas da tuberculose do rim no Rio de Janeiro
Marciano Alves Mauricio	1911	Contribuição ao estudo das infecções paratyphoides

Fonte: Biblioteca da UFRJ (<http://www.minerva.ufrj.br>)

Lepra, tuberculose e infecções paratípóides eram temas caros à medicina da transição do século XIX para o XX que discutia o cenário sanitário brasileiro, incentivada pelos recentes avanços da bacteriologia. Montesclarenses de origem ou não, os médicos que atuaram na cidade apontados anteriormente puderam receber a formação científica necessária para o enfrentamento dos graves males que dificultavam o avanço da região.

Impregnados pelo movimento higienista das grandes cidades, onde viveram por alguns anos, os médicos de Montes Claros do período em estudo assumiam a missão de dirigir a sociedade. Nesse processo, estes indivíduos desempenhavam simultaneamente o papel de médico, de administrador público e, por que não dizer, de educador.

⁶ Nos documentos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Carlos José Versiani, por motivos desconhecidos, aparece com o nome de Carlos José Virciani. Tendo formado algumas décadas antes de seus aliados políticos, Honorato Alves e José Alves, vivenciou durante sua formação um período em que o conhecimento médico se dava em intensa interação com os saberes atribuídos aos terapeutas populares, sobretudo os curandeiros. Tal interação cultural reflete no título de sua tese de conclusão de curso. Sobre este assunto ver: ALMEIDA, Diádiney Helena de. *Hegemonia e contra-hegemonia nas artes de curar oitocentistas brasileiras*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2010. 210p.

Considerações finais

Entre os anos de 1889 e 1926, a cidade norte mineira de Montes Claros, mesmo distante geograficamente dos grandes centros, recebeu com grande intensidade os ideais higienistas e sanitaristas que ditavam adequações que os municípios deveriam sofrer para modernizarem-se. Propagadores do discurso científico, médicos que formaram-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro foram os principais agentes deste processo. Muitos deles detentores do poder político, tendo ocupado o cargo de Agente Executivo Municipal, estes atores puderam imprimir significativas mudanças na esfera social.

Neste contexto, o que era publicado na imprensa periódica local retratava um universo cultural em que estava em tensão práticas tradicionais da população e novos comportamentos justificados pelo emergente conhecimento científico. Além disso, é importante ressaltar que os jornais também visavam educar a população. Assumindo seu lado mais cultural do que noticioso, os periódicos buscavam também exercer a missão de esclarecer uma população que ainda se apegava ao conhecimento popular e que, assim, estava suscetível a doenças e males diversos, todos eles entendidos como entraves para o progresso.

Fontes

JORNAL CORREIO DO NORTE, 19 janeiro de 1890, ano VI, n. 285.

JORNAL GAZETA DO NORTE, 23 de novembro de 1918, ano I, n. 2.

JORNAL GAZETA DO NORTE, 08 fevereiro de 1919, ano I, n. 32.

JORNAL MONTES CLAROS, 1º de junho de 1916, ano I, n. 4.

JORNAL MONTES CLAROS, 06 de julho de 1916, ano I, n. 9.

JORNAL MONTES CLAROS, 14 de dezembro de 1916, ano I, n. 32.

JORNAL MONTES CLAROS, 18 de janeiro de 1917, ano I, n. 36.

ALVES, Honorato. Carta. In: PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros sua história sua gente seus costumes*. Rio de Janeiro: [IBGE], 1957.

PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros sua história sua gente seus costumes*. Rio de Janeiro: [IBGE], 1957.

VIANNA, Nelson. *Efemérides montesclarenses*. Montes Claros: Rio de Janeiro: Pongetti, 1964.

VIANNA, Nelson. *Serões Montesclarenses*. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2007.

VIANNA, Urbino. *Monographia do município de Montes Claros: breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos*. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2007.

Referências

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

LESSA, Simone Narciso. *Trem-de-ferro: do cosmopolitismo ao sertão*. 1993. 252 f. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. 1993.

PORTO, César Henrique de Queiroz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político nortemineiro durante a primeira República*. 2002. 176f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais. 2002.

ROSEN, George. *Da Polícia Médica à Medicina Social: ensaios sobre a história da assistência médica no Rio de Janeiro*: Edições Graal, 1979.

SANTOS, Cássia Vanessa. *Os reflexos e impactos das medidas higienistas e sanitaristas em Montes Claros*. 2008. (Graduação em História) – Universidade Estadual de Montes Claros, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

TELAROLLI JUNIOR, Rodolpho. *Poder e saúde: as epidemias e a formação dos serviços de saúde em São Paulo*. São Paulo: Unesp, 1996.